

## PROJETO DE LEI nº 048/95

ISENTA OS IMPOSTOS E TAXAS RELATIVOS À CONSTRUÇÃO CIVIL E DÁ OUTRAS PRO-VIDÊNCIAS.-

WALDIRIO PEDRALI, Prefeito Municipal de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao disposto no artigo 87, inciso IV, da Lei Orgânica do Município; faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º Ficam isentos do pagamento de impostos e taxas, abaixo relacionados, desde que vinculados, necessariamente, a execução de construções, as pessoas interessadas na campanha criada com o fim de incentivar o setor de construção civil.
  - I IMPOSTOS:
  - a IPTU

- b ITBI
- c ISSQN
- § 1º A isenção do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), incidirá no ano seguinte à obtenção do habite-se.
- § 2º A isenção do ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imoveis), ocorrerá sobre a primeira transação, realizada durante o período especial instituído, ou efetivada até um ano após o habite-se. Se, porém, a edificação não acontecer no prazo estipulado, o imposto será cobrado com base na legislação tributária municipal.
- § 3º A isenção do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), incidirá sobre a mão-de-obra realizada em construções novas, reformas e ampliações, licenciadas no período da campanha.
- § 4º Para a vinculação da isenção de impostos e taxas com a construção civil, dependerá:
  - a Da apresentação de cronograma físico, devendo o mesmo ser compatível com a dimensão da obra;
  - b que o início da obra seja caracterizado pelas fundações construídas no prazo estabelecido pelo cronograma físico, desde que não ultrapasse o prazo de 06 (seis) meses da obtenção do alvará de licença para construção;
  - c a obra cujo o habite-se não for obtido até o prazo estipulado pelo cronograma físico, com uma tolerância de 20% (vinte por cento), perderá o direito do benefício da campanha.

## PROJETO DE LEI nº 048/95

fls.02

## II - TAXAS:

- a Certidão negativa de tributos municipais;
- b certidão de localização;
- c alvará de legalização;
- d alvará de licença;
- e habite-se;

- f certidão de existência;
- g numeração de prédios, demarcação, alinhamento e nivelamento:
- h remoção e transporte de terras e entulhos;
- i outros requerimentos e certidões necessários para atender os objetivos da campanha.
- Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.
- Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS.

Aos 11 de julho de 1995.-

Waldirio Pedrali Prefeito Municipal